

A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais

Genauto Carvalho de França Filho*

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. As origens de um conceito: alguns marcos teóricos de sua fundação; 3. Contexto e delineamento de um fenômeno; 4. Situando uma problemática; 5. Uma perspectiva/abordagem original; 6. A economia solidária do ponto de vista da sua prática cotidiana no contexto europeu: dilemas e desafios; 7. Concluindo...

SUMMARY: 1. Introduction; 2. The origins of a concept: a few theoretical landmarks of its foundation; 3. Context and outline of a phenomenon; 4. Stating a question; 5. An original perspective; 6. Solidarity economy from the point of view of its daily practice in the European context: dilemmas and challenges; 7. Concluding...

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária; gestão social; organizações associativas.

KEY WORDS: Solidarity economy; social management; associative organizations.

Este artigo discute a temática da economia solidária, em particular, na sua vertente de interpretação baseada em pressupostos da antropologia econômica, tal como vem sendo desenvolvida por alguns autores, sobretudo na França, os quais se fundamentam no contexto europeu de manifestação desse fenômeno. O objetivo é identificar as possibilidades dessa abordagem

* Professor adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (Nepol). Doutor em sociologia (Universidade Paris VII). E-mail: genauto@ufba.br

para o campo dos estudos organizacionais. Nesse sentido, dois aspectos são anunciados no final do texto, para desenvolvimento posterior. O primeiro, no plano da prática organizacional, afeta a dimensão da gestão. O segundo refere-se à teorização sobre organizações, na qual a desconstrução de uma visão habitual da economia para concebê-la de outra forma implica reconhecer o valor de outras racionalidades influenciando diferentes concepções do agir organizacional.

Solidarity economy and its original implications for the field of organizational studies

This paper discusses solidarity economy, particularly its interpretation according to economic anthropology assumptions as it has been developed by some authors — especially in France — who base themselves on the European context in which the phenomenon occurs. With the objective of identifying the possibilities of this approach to the field of organizational studies, two aspects are considered in the final part of the paper. The first one, concerning organizational practice, affects the managerial dimension. The second refers to organizational theory, in which the deconstruction of a usual perspective of the economy in order to conceive it in another way implies recognizing the importance of other rationalities influencing different concepts of the organizational practice.

1. Introdução

A temática da economia solidária tem despertado interesse crescente da comunidade acadêmica nos últimos anos. Publicações a respeito já aparecem em diferentes campos disciplinares como economia, sociologia ou administração. Tal interesse acadêmico parece fazer eco àquele que, na realidade, se verifica através da iniciativa de diferentes atores associativos, representantes dos poderes públicos e mesmo entidades sindicais, o que leva o tema a ocupar lugar de destaque em certos eventos, como foi o caso do recente Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre.

Alternativa real à crescente crise do emprego verificada em diferentes sociedades ou mero paliativo à crise de ajustamento de um sistema capitalista que se renova, diferentes são os diagnósticos acerca do alcance e dos limites do tema. À parte as diferenças na leitura do tema, um fato merece destaque: o fenômeno ganha relevância nesse novo cenário atual de reconfiguração das relações entre Estado e mercado, onde desponta com força a idéia de um terceiro setor. Embora pareçam termos correlatos, terceiro setor e economia solidária pertencem a universos semânticos distintos, apontando para não somente diferentes contextos sociopolíticos de emergência de cada termo, mas, também, para interpretações diferentes sobre o papel desempenhado (ou a desempenhar) por essas experiências, e, em particular, no que se

refere à posição que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado (França F°, 2002).

A seguir, num primeiro momento, apresentaremos essa temática, sublinhando, em particular, a sua origem como conceito, seu contexto de emergência enquanto fenômeno e o tipo de problemática que ela suscita. Para concluir essa parte, discutiremos um modo específico de interpretação desse fenômeno, a partir de uma perspectiva de antropologia econômica que consideramos fecunda para a apreensão da sua natureza específica. Num segundo momento, discutiremos algumas implicações práticas desse fenômeno, propondo uma tipologia sobre suas formas de manifestação na realidade francesa, em particular, e européia, em geral. O objetivo aqui é discutir alguns limites e desafios enfrentados na prática concreta dessas iniciativas. No final, tentaremos mostrar em que tal abordagem do fenômeno muito parece contribuir para o desenvolvimento desse campo de estudos organizacionais.

2. As origens de um conceito: alguns marcos teóricos de sua fundação

Como noção ou conceito, o termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. Essas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã, em oposição, simultaneamente, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário, de outro. Nesse sentido, segundo nossa hipótese, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, pois essas experiências não parecem orientar-se segundo o registro de uma socialidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), nem pelo princípio comunitário (Tönnies) — ou seja, uma socialidade comunitária (Weber) —, nem tampouco por uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca essas experiências, sua expressão não parece identificar-se com o registro de um comunitarismo herdado (conforme nos lembra A. Caillé e J.-L. Laville), “na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume” (França F° & Dzimira, 2000). Além disso, o caráter inédito dessas novas formas de solidariedade reside ainda na afirmação de uma tal dinâmica comunitária no seio de uma sociedade onde as relações se destacam, primeiro, de uma solidariedade orgânica (Durkheim) ou da *Gesellschaft* (sociedade), princípio societário (Tönnies), ou, ainda, da socialidade societária (Weber). Vale ressaltar ainda que esse campo da economia solidária circunscreve um universo específico de experiências nesse domínio das novas formas de solidariedade.

De modo preciso, o termo economia solidária foi forjado na França, através dos trabalhos de Jean-Louis Laville e Bernard Eme. Ao empregar esse termo, os autores visavam dar conta da emergência e do desenvolvimento recente de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais, na Europa. Na maioria dos casos, elas assumem a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. Assim, a expressão economia solidária vem, num primeiro momento, indicar, de um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade. Do outro lado, sugerir (com essas experiências) a inscrição da solidariedade no centro da elaboração coletiva de atividades econômicas.

Portanto, busca-se — através dessa noção de economia solidária — uma tentativa de problematização dessas novas práticas organizativas, a partir de um quadro de referências bem preciso: aquele de uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspira amplamente nos trabalhos de Karl Polanyi.¹ Através dessa noção, abre-se, assim, uma perspectiva descritiva e abrangente de pesquisa, motivando a análise de realizações que, em diferentes partes do mundo, hoje, representam milhares de experiências e dezenas de milhares de assalariados e de voluntários implicados (Eme & Laville, 1996).

3. Contexto e delineamento de um fenômeno

Como fenômeno, a emergência de uma economia solidária está intimamente ligada à problemática de uma exclusão social crescente — que se define cada vez mais como questão urbana —, num contexto atual (que remonta já há mais de 20 anos) de crise do Estado-providência.² A realidade de uma economia solidária vem assim se posicionar num contexto de falência dos mecanis-

¹ Em especial, Polanyi (1983). Nessa notável obra do início da década de 1950, Polanyi sustenta que a grande transformação que as economias ocidentais conheceram nos anos 1930 reside na reimbricação da economia no social, pela via da regulação da produção e da circulação de riquezas operada pelo Estado-providência, hoje em crise. A “grande transformação” introduzida pela modernidade nesse processo reside no fenômeno da autonomização do mercado em relação aos demais princípios do comportamento econômico, como a “administração doméstica”, a “redistribuição” e a “reciprocidade”. Essa ruptura produzida pela modernidade é acompanhada de um “desencantamento do mundo”, de uma objetificação das relações sociais, ou, ainda, de uma despersonalização das relações econômicas, que o fenômeno da economia solidária visa, justamente, tornar mais humanas.

² Nos principais países europeus, a problemática da economia solidária aparece amplamente articulada com a realidade da chamada nova questão social, o que é o caso da França, em especial. A esse respeito ver, entre outros, os trabalhos de Donzelot (1991 e 1994), de Rosanvallon (1995), além de França F° (2001).

mos de regulação econômica e política da sociedade. Historicamente, esses mecanismos foram estabelecidos em torno de duas esferas principais de organização das relações político-econômico-sociais: o Estado e o mercado; encontrando no trabalho (no sentido moderno do termo, ou seja, na relação assalariada) sua estruturação fundamental.³ O fenômeno da economia solidária se apresenta, portanto, ao nosso ver, numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, mesmo que de modo extremamente modesto no momento presente.

Buscando precisar a definição, diria que a emergência de uma economia solidária (ou sua noção) traduz-se por uma florescência de práticas socioeconômicas na Europa, visando propor (a partir de iniciativas locais) serviços de um novo tipo, designado pelo termo “serviços de proximidade” (ou “serviços solidários”).⁴ Foram justamente através dos trabalhos de descrição dessas práticas/experiências, articulados com a elaboração de um modo de compreendê-las, visando à apreensão da singularidade do fenômeno, que a noção de economia solidária fora forjada por Laville e Eme.

Assim, do ponto de vista das implicações organizacionais, assistimos ao nascimento de iniciativas locais, portadoras de um caráter novo, relativo ao seu modo de funcionamento e a sua finalidade. Pois, essas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas com fins de produção do chamado liame social (ou dos laços sociais), ou, simplesmente, geração de atividades econômicas com finalidades sociais.

4. Situando uma problemática

Dois traços característicos principais resumem a especificidade dos serviços de proximidade (ou solidários), além de posicionarem a hipótese da economia solidária como um modo de regulação.

³ Poderíamos assim propor a leitura, no contexto atual, de uma economia solidária em termos de crise do trabalho, ou melhor, em termos dos limites da chamada sociedade salarial, para retomar o diagnóstico de Castel (1995). Na leitura de muitos economistas, tal situação define-se em termos de crise do chamado equilíbrio fordista.

⁴ Esse termo faz alusão a um conjunto de serviços, para alguns, outrora unicamente produzidos na esfera doméstica, como ajuda a domicílio, jardinagem, consertos domésticos (*bricolage*) etc.; para outros, invenção, como é o caso dos serviços que giram em torno da questão da “mediação social” nos bairros, geralmente, vinculados à idéia de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local. Ver a esse respeito Laville (1992).

A *hibridação de economias* (ou de recursos) permite a perenidade dos projetos criados, uma vez que, aqui, articulam-se distintas fontes de recursos, as quais são de naturezas:

- † não-mercantil, através de subvenções ou outros financiamentos à atividade, oriundos do poder público, qualquer que seja a instância de governo (recurso ao Estado);
- † mercantil, através da venda ou da prestação de serviços a particulares, seja pessoa física ou jurídica (recurso ao mercado);
- † não-monetária, através da participação voluntária de certos membros, ou seja, a doação sob a forma material ou humana (recurso a uma lógica recíproca ou a uma lógica da dádiva).

Já a *construção conjunta da oferta e da demanda* — isto é, os serviços concebidos e propostos em função de necessidades sociais reais expressadas localmente — é possível em razão da interação entre os diferentes participantes da iniciativa e os seus estatutos particulares. Estes participantes podem ser múltiplos ou difusos, isto é, ao mesmo tempo usuários e assalariados ou usuários e voluntários.⁵ Daí, a idéia de se pensar em termos de espaço público de proximidade como modo de concepção desses serviços, pois, debate-se sobre reais problemas enfrentados no cotidiano da realidade, favorecendo o real exercício de uma dimensão política nessas experiências (Laville, 1997).

A problemática (ou a perspectiva) da economia solidária em termos de novas formas de regulação da sociedade — ainda que de modo modesto — pretende se opor a duas formas tradicionais de tentativa de interpretação desse fenômeno:

- † àquela que pretende enxergar essas experiências como modos de reativação de formas de sociabilidade comunitaristas, fortemente marcadas por um caráter de grupo fechado e balizadas pelo peso da tradição dos costumes — segundo essa visão/leitura, as experiências de economia solidária são identificadas com uma espécie de “neodomesticidade”, como num retorno desesperado ao passado, a fim de buscar pistas para a solução dos nossos dilemas presentes; trata-se, aqui, de uma crítica relativamente comum da parte de certos setores à esquerda do espectro políti-

⁵ É o caso, por exemplo, de uma dinâmica associativa onde a atividade da organização beneficia os próprios moradores de um bairro que participam também como membros da associação. Citamos aqui os exemplos, entre outros, das chamadas “creches parentais”, ou, ainda, o das “*régies de quartier*”, na França. A esse respeito ver França F^o (2001).

co europeu, que não vêem uma dimensão política nessas iniciativas socioeconômicas (ou nesse fenômeno);

àquela segundo a qual o fenômeno tampouco deve ser apreendido sob uma ótica liberal (à direita), ou seja, como possibilidade de se constituir como setor à parte (terceiro), vindo a se justapor aos dois outros (Estado e mercado) e buscando corrigir as lacunas por estes deixadas na sua capacidade de satisfazer necessidades — dito de outro modo, uma visão funcionalista, que limita a ação da economia solidária em termos de uma *démarche* funcional; nessa visão, ela exerceria uma função de ajustamento social, constituindo uma espécie de economia subsidiária às formas mercantis e estatistas (papel que, inclusive, assumiu historicamente a economia social na França); portanto, um papel paliativo ao sistema e que é também aquele do terceiro setor na sua versão americana de interpretação, tal como chega ao Brasil atualmente (França P, 2002; Nyssens, 2000; Evers, 2000).

Ao contrário, segundo nossa interpretação, as experiências de economia solidária supõem uma articulação específica entre as esferas econômica, social e política, em razão dos diferentes registros de ação ou das diferentes lógicas que atravessam essas experiências. Portanto, trata-se de uma forma de economia que em vez de se constituir como um setor à parte (terceiro), tem muito mais vocação (segundo nossa hipótese) a interagir com as formas econômicas dominantes (Estado e mercado), numa perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, objetivando subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva — por exemplo, uma dinâmica recíproca ou um projeto associativo.

5. Uma perspectiva/abordagem original

Uma tal perspectiva representa tarefa difícil nas condições da realidade atual, marcadas pela hegemonia do mercado e da racionalidade que o acompanha. Nossa tomada de posição, aqui, se pretende longe de uma interpretação idealizada dessas experiências. Razão pela qual a definimos (as experiências de economia solidária) numa busca de equilíbrio, necessariamente frágil e muito difícil, entre essas lógicas distintas que a atravessam. É exatamente essa tensão — poderíamos ainda chamar essa disputa (no sentido político forte, arendtiano, da palavra) — que marca esse fenômeno. Tensão que poderíamos resumir entre três economias (mercantil, não-mercantil e não-monetária) ou entre duas lógicas (instrumental e solidária ou substantiva); ou, ainda, entre diferentes racionalidades da dinâmica organizacional...

A perspectiva de uma economia solidária supõe um outro olhar em relação à economia real (seu funcionamento). Não mais reduzida ao mercado (como faz a teoria neoclássica), mas enquanto economia plural; ou seja, uma economia que admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico. Esse conceito de economia plural nos permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial, daquela regida prioritariamente pela solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional ou neoclássica. Essa dimensão não deve ser desprezada, pois dela depende a sobrevivência de grande parte da população no mundo.⁶ Pensando (ou compreendendo) dessa forma, encontramos filiados à formulação polanyiana. Este autor já havia identificado quatro grandes princípios do comportamento econômico (em sua obra *A grande transformação*): o mercado auto-regulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade. Esses princípios podem ser resumidos a três formas de economia, considerando o rearranjo que sofreram com sua submissão à modernidade através da introdução de um sistema de direito jurídico-político que passa a regular as relações de trabalho (considerado meio fundamental de produção e distribuição de riquezas). Assim, temos (de modo esquemático):

- † uma economia mercantil — fundada no princípio do mercado auto-regulado e que se refere a um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista. Nesse tipo de troca/relação, o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social), que se busca numa lógica recíproca;
- † uma economia não-mercantil — fundada na redistribuição; isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório. Aparece a figura de uma instância superior (o Estado) a qual se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;
- † e, finalmente, uma economia não-monetária — fundada na reciprocidade; ou seja, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dívida, tal como formulada/descrita por M. Mauss. A dívida compreende três momentos: aquele do “dar”, do “receber” e do “retribuir”. Nesse tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo da

⁶ Na França, por exemplo, existe aproximadamente o equivalente à metade do produto nacional bruto, ou mesmo 3/4 deste, que não é apreendido, pois corresponde a formas de produção que não têm tradução monetária (Insel, 1993). Sabemos, ainda, que grande parte dessa economia doméstica (ou economia dos cuidados) é largamente praticada pelas mulheres.

circulação desses bens é perenizar os laços sociais (ou tecer o liame social). A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica. Ao mesmo tempo livre e obrigatória, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal.⁷

Essa apresentação de forma esquemática tem muito mais um objetivo pedagógico, no sentido de explicitar os diferentes registros de comportamento econômico que estão em jogo dentro da chamada atividade econômica. Na prática, as economias de mercado não são apenas mercantis, mas também sua própria prosperidade repousa sobre os pólos “não-mercantil” — notadamente, sobre toda a infra-estrutura financiada pelos poderes públicos — e “não-monetário” (também chamado pólo recíprocitário), isto é, sobre as relações familiares, de vizinhança, associativas etc., que contribuem de modo central com o processo de socialização dos indivíduos o qual beneficia, por exemplo, o tipo “empresa” de organização.

Tal argumentação permite ainda ultrapassar a idéia de economia de mercado como fonte única de riqueza, como, também, condenar a redução das demais dimensões econômicas à condição de formas parasitárias desta última. Essa visão mais larga da economia implica, pois, enxergar esses três pólos na sua complementaridade, e, ao mesmo tempo, enquanto criadores e consumidores de riqueza. Essa maneira de olhar a economia — cuja redução à idéia exclusiva de mercado está se tornando insustentável — questiona o mito do progresso e a crença no crescimento econômico como fonte exclusiva do desenvolvimento e da felicidade.

Trata-se, portanto, através da referência à noção de economia plural de se pensar uma outra forma de produção e distribuição de riqueza, isto é, uma economia não necessariamente contra o mercado (imaginado-se ingenuamente ou autoritariamente que ele possa ser aniquilado), mas uma economia com mercado, mas sob a condição de que este seja submetido a outros princí-

⁷ Apoiando-se no trabalho fundador de Mauss (1950) e, em particular, no conceito de dádiva, uma via paradigmática fecunda tem-se desenvolvido na França, numa perspectiva de refundação de certos pressupostos dominantes nas ciências sociais. Ela concentra uma crítica importante sobre o legado economicista que apoderou-se das ciências sociais. São os trabalhos do chamado movimento antiutilitarista nas ciências sociais, amplamente publicados e debatidos pela *Revue du Mauss*, coordenada por Alain Caillé. Para uma leitura brasileira sobre esse assunto, consultar dois artigos publicados na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, out. 1998: “Introdução à dádiva”, de J. T. Godbout, e, “Nem holismo nem individualismo metodológico. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”, de Alain Caillé. Uma síntese importante desse paradigma é apresentada em França F^o e Dzimira (1999 e 2000).

pios, ou melhor, que ele (mercado) esteja encastrado ou enraizado (*encastré, embedded*) em outros registros de práticas.

Assim, partindo de uma definição da economia solidária como conjunto de atividades contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania (Laville, 1999), ao nosso ver, o desafio que se coloca a esse fenômeno não é o de substituição da ação estatista — como, por exemplo, numa perspectiva filantrópica —, sintomática de um processo de desregulação da economia. Mas, ao contrário, seu objetivo é muito mais o de uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir um reencastamento da economia num projeto de integração social e cultural. É neste sentido que consideramos que a economia solidária se apresenta como uma emanção de ações coletivas buscando a instauração de novos modos de regulação, tanto em nível internacional quanto em nível local, a fim de completar as regulações nacionais ou suprir as suas faltas.

6. A economia solidária do ponto de vista da sua prática cotidiana no contexto europeu: dilemas e desafios

Neste momento, cabe destacar, de modo mais preciso, como tal conceito ou abordagem se verifica (ou se manifesta) em termos da realidade concreta das organizações, e com quais dilemas e desafios se defrontam tais iniciativas, na sua prática cotidiana. Visando tal objetivo e por razões meramente didático-pedagógicas faremos uso do recurso tipológico. Dessa forma, propomos a seguir, uma tipologia de apreensão do fenômeno da economia solidária numa realidade específica, levando-se em consideração que estamos diante de um movimento multiforme de experiências. Segundo nossa abordagem, em se tratando da França (o que reflete uma tendência européia mais geral), existem quatro formas principais de manifestação de uma economia solidária (França F°, 2001).⁸ São quatro universos de experiências, que denominamos como: o comércio justo, a finança solidária, a economia sem dinheiro e as empresas sociais. Essa tipologia se apóia fundamentalmente sobre o critério da similaridade de certas atividades. Vale lembrar que, do ponto de vista do estatuto organizacional, a forma principal de expressão dessas experiências é o modo associativo (ou associativista), cabendo ainda algumas delas sob o registro cooperativo (ou cooperativista).

⁸ Cabe, portanto, estendermos à realidade brasileira tal pesquisa de uma economia solidária. Esse esforço já começa a ser empreendido (ver França F°, 2002), mas a pesquisa ainda não foi concluída.

O comércio justo

Esse fenômeno representa a ambição de se construir uma solidariedade internacional, refletindo, assim, certas preocupações em torno das possibilidades de instauração de uma regulação internacional fundada sobre novas relações econômicas e comerciais. O seu objetivo é estabelecer relações comerciais mais justas entre países do Norte (consumidores em particular) e certos produtores do Sul. A essa finalidade se acrescenta uma outra, de maior relevância enquanto registro de uma pedagogia política: constituir uma rede de consumidores capaz de sensibilizar a opinião pública acerca das condições de injustiça das regras do comércio internacional, empreendendo-se, assim, ações (sob a forma de campanhas, manifestações etc.) junto a grandes instâncias institucionais de decisão em matéria política e econômica.

As organizações do comércio justo estabelecem contratos com organizações de pequenos produtores (organizados em cooperativas) para a compra e venda de produtos (em geral, produtos agrícolas ou artesanais). A idéia é a de encontrar canais de distribuição daquela produção a um preço considerado justo para o pequeno produtor. Busca-se, assim, eliminar ao máximo o número de intermediários entre o produtor e o consumidor.

Herdeiro do antigo comércio alternativo, que funcionava como uma espécie de rede paralela de solidariedade para a distribuição de produtos terceiro-mundistas na Europa, o comércio justo evoluiu através de um processo de *labelização* (ou “patenteamento”) de certos produtos.⁹ Entre os quais, o exemplo mais conhecido, hoje, talvez seja aquele do café Max Havelaar.

Atualmente, o desenvolvimento desse campo do comércio justo implica a necessidade de distinção entre as experiências que limitam o seu universo de distribuição às redes das assim chamadas “boutiques associativas” ou “armazéns do mundo” — que são lojas (associativas) de venda desses produtos (caso da rede Artisans du Monde, na França) — e aquelas que se abrem para os grandes canais de distribuição, ou seja, para as grandes cadeias de supermercados.

O processo de *labelização* (“patenteamento”) de produtos — e sua conseqüente entrada no âmbito da distribuição em massa — muito influenciou o aumento das vendas dos chamados “produtos justos”, trazendo para esse universo de experiências certas lógicas funcionais que passam também a interagir na dinâmica dessas formas de organização.

⁹ Na origem do comércio justo (aproximadamente no início da década de 1970), encontra-se uma convergência entre ONGs do sul (implicadas em iniciativas de organização popular) e associações ecológicas ou de defesa dos direitos humanos, do norte. Tudo isso num contexto de queda dos preços das matérias-primas no comércio internacional.

Observa-se, assim, que, entre dimensão socioeconômica e dimensão política, a prioridade do comércio justo implica tanto atividades de trocas comerciais (mais ou menos abertas à grande distribuição, e mais ou menos importantes conforme o volume das transações) quanto uma pedagogia política. Assim, segundo nossa leitura, esse campo de experiências aparece marcado por uma tensão entre lógicas distintas traduzindo um conflito entre certos imperativos funcionais — impostos pela necessidade de aumento das vendas dos produtos como conseqüência da sua abertura para a grande distribuição — e a necessidade de afirmação do sentido do projeto pela sua contribuição à mudança das condições de injustiça da realidade do comércio mundial, numa perspectiva de conscientização do consumo.

A finança solidária

Nesse universo, consideramos um conjunto de experiências — também conhecidas sob outras apelações (microcrédito, poupança solidária, microfinança, finança de proximidade etc.) — que participam da construção de um outro tipo de relação com o dinheiro. O objetivo da finança solidária, dito de modo simplificado, é o de permitir que pessoas excluídas do sistema bancário criem seu próprio emprego. Portanto, o desafio dessa experiência gira em torno da necessidade de democratização do acesso ao crédito, visando enfrentar o problema da seletividade verificada nesse acesso e sua conseqüente limitação de oferta, problema esse que decorre da busca de rentabilidade pelas instituições financeiras.

Entretanto, para além da questão da democratização do acesso ao crédito, há também (e sobretudo) toda uma preocupação com a chamada utilidade social do investimento financeiro. Essas experiências tratam da afirmação de uma ética quanto à aplicação do dinheiro em projetos que articulem, por exemplo, trabalhos contra a exclusão, pela preservação ambiental, de ação cultural, pelo desenvolvimento local etc.

Os exemplos de iniciativas de finança solidária apresentam uma grande variedade. Citemos, na França, o caso dos Cigales (Clubes de Investidores para uma Gestão Alternativa e Local da Poupança), articulados em rede. Essas associações mobilizam uma poupança de proximidade (a partir de seus membros associados) que é investida em projetos locais, visando o reforço do tecido econômico local e dos laços sociais. Trata-se de fomentar o desenvolvimento e a criação de pequenas empresas da região. Em geral, é dado prioridade de investimento levando-se em conta o aspecto local e o caráter de utilidade social da empresa, ainda que cada clube tenha autonomia decisória. Nesse sentido, os Cigales funcionam como uma espécie de sociedade de capital de risco solidário.

Além desse gênero de iniciativa (em relação ao qual, inúmeros outros exemplos podem ser considerados), esse campo da finança solidária compreende várias outras práticas, como o caso dos fundos de aplicação éticos ou solidários, já oferecidos até por certos bancos tradicionais. Nesse caso, o poupador renuncia a uma parte da remuneração da sua poupança em nome da utilidade social do investimento que é feito. Inicialmente com experiências, na grande maioria dos casos, de pequeno porte, hoje assiste-se ao aparecimento cada vez maior de grandes instituições de crédito solidário.¹⁰

Pela diversidade das experiências, esse campo se apresenta bastante heterogêneo quanto ao conteúdo das iniciativas, implicando no que consideramos aqui como um risco liberal. Ou seja, algumas experiências de finança solidária apresentam uma certa vulnerabilidade, no sentido da possibilidade de sua apropriação sob a ótica de um discurso liberalizante do ponto de vista econômico. Assim, a concentração da ajuda sobre empreendedores individuais — como acontece em algumas experiências¹¹ — pode conduzir a uma situação na qual antigos assalariados transformam-se em novos terceiros subcontratantes. Trata-se aqui, de uma evolução instrumental, afetando a dinâmica das relações trabalhistas, o que é acentuado pela moda do microcrédito junto às grandes instituições financeiras internacionais que defendem a multiplicação de microempresas independentes como alternativa positiva às regras protetoras do contrato assalariado. A perspectiva da finança solidária se distingue da abordagem liberal em dois pontos: a seleção dos projetos nos quais investir leva em conta critérios de utilidade social, e é enfatizada a importância do acompanhamento do projeto uma vez iniciado.

Observamos assim, à imagem da própria dinâmica mais geral da economia solidária (tal como a definimos anteriormente), que o universo da finança solidária se posiciona numa imbricação entre três economias. Nesse

¹⁰ Na França, é o caso, por exemplo, da NEF (Nouvelle Economie Fraternelle), constituída como banco em 1999; e da Caisse Solidaire de Roubaix, desde 1996 — a primeira iniciativa nesse país de uma sociedade financeira de vocação inteiramente solidária. Contudo, a França não possui uma tradição de grandes bancos solidários como na Alemanha, Suíça, Bélgica, Inglaterra ou Holanda. Nessa última, o exemplo da Triodos parece significativo. Atuando em campos muito diversos, a Triodos tornou-se o principal investidor em parques eólicos no seu país. Esse banco solidário ainda financia 1/4 da alimentação biológica da Holanda.

¹¹ É o caso, na França, da Adie (Associação pelo Direito à Iniciativa Econômica), que financia microprojetos individuais de criação de empresas por desempregados. A Adie inspira-se, amplamente, no exemplo hoje considerado emblemático do Grameen Bank, de Bangladesh (tido como o primeiro banco para pobres do mundo), que apóia iniciativas de camponeses sem terra. Tentando responder a essa crítica, que situa a experiência da Adie como destacando-se mais por ser registro de uma economia da inserção (de caráter assistencialista) do que propriamente uma economia solidária, M. Novak (fundadora da associação) considera que se trata de buscar uma terceira via entre o emprego clássico e a assistência: a do trabalho independente.

campo tão diverso e complexo, certas experiências parecem mais próximas do setor bancário (mercantil), mantendo com ele relações privilegiadas de parceria, para encontrar o essencial dos seus recursos. Outras se assemelham mais a uma iniciativa “parapública” — tal a intensidade da relação com o pólo não-mercantil —, onde os subsídios públicos são vitais para a sobrevivência da associação. E há aquelas experiências que parecem se situar numa posição mais equilibrada entre os três pólos (posição sempre difícil de manter), nutrindo-se do essencial dos seus recursos numa dinâmica recíproca.

Assim, a eficácia e vitalidade dessas experiências se manifesta numa relação de interdependência freqüentemente conflituosa, devido ao difícil exercício de uma parceria envolvendo diferentes lógicas de ação e mobilizando diversas formas de legitimidade. Dessa forma, para a maioria das experiências de finança solidária, o desafio se coloca em termos de sua autonomia e preservação do projeto inicial, diante das injunções do mercado e dos poderes públicos. Existe a consciência de que certas derivas históricas dos setores mutualistas e cooperativistas (símbolos da economia social na França), na prática, se tornaram grandes empresas convencionais, altamente tecnoburocráticas.

A economia sem dinheiro

São iniciativas visando à criação de formas alternativas de trocas ou intercâmbios econômicos (em relação àqueles praticados segundo uma lógica de mercado). Estão situadas numa escala local e se articulam em redes como modo de organização territorial, a fim de fazer face ao fenômeno da exclusão social.

Três tipos principais de experiências caracterizam esse campo: a auto-produção coletiva; os sistemas de trocas locais — mais conhecidos através das experiências anglo-saxônicas denominadas *local exchange trading system* (Lets), também chamados de *systemes d'échanges locaux* (SEL), na França; *tauschring*, na Alemanha; e *redes de economia local* (REL), na Itália — e as redes de trocas recíprocas de saberes, conhecidas na França como *réseaux d'échanges reciproques de savoirs* (Rers).

Um SEL ou Lets consiste numa associação de pessoas (que, em certos casos, chega a centenas e, até mesmo, milhares de associados) para a troca de bens e serviços, de modo diferente daquele realizado sob a forma mercantil. O conjunto dos intercâmbios é contabilizado pela associação, com o auxílio de uma moeda fictícia, e as dívidas são reguladas (mas jamais eliminadas) através de um sistema de compensação. A natureza das atividades ou bens trocados é bastante diversa: guarda de crianças, aulas (de línguas, de culinária etc.), serviços de reparo em geral (como marcenaria, encanamento e eletrônica), produtos artesanais, objetos usados, serviços de jardinagem ou domésticos, empréstimo de ferramentas etc.

A origem dessas experiências remonta a 1976, na cidade de Vancouver, no Canadá. Rapidamente se espalharam, principalmente, em países como EUA, Inglaterra e Austrália. Essa origem está relacionada a contextos de crise econômica aguda (fechamento de fábricas etc.), acompanhada do aparecimento de múltiplas experiências cooperativistas e comunitárias. Na França, o primeiro SEL foi criado em Lyon, em 1994. Hoje, a estimativa é de que existam mais de mil experiências do gênero em todo o mundo.

O SEL ou Lets não provém de uma forma de troca mercantil, pois se trata de um somatório de trocas (relações) bilaterais contabilizadas sob uma perspectiva de compensação multilateral, e não instantânea, de dívidas que serão mantidas. O sentido mesmo do sistema é fomentar uma dinâmica de dívidas e créditos a favor de uma perpetuação das relações sociais.¹² Esse mesmo impulso recíproco pode ser encontrado também nas experiências das Redes de Trocas Recíprocas de Saberes (Rers). Todavia, diferentemente dos Lets, nessas iniciativas, a regulação das dívidas (também nunca eliminadas) se opera no quadro da própria bilateralidade da troca (sempre não-instantânea), e não mais na multilateralidade das trocas relacionadas à totalidade associativa. A moeda local não é adotada, e são efetuadas trocas diretas de um saber por outro. Essas experiências, que visam alimentar as relações sociais (o laço social), emergiram na França em meados da década de 1970, estendendo-se, em seguida, a outros pontos da Europa. Atualmente, contam com a participação de mais de 40 mil pessoas.

Nesse sentido, essas iniciativas mais parecem visar à construção de uma cultura da reciprocidade que pode ser definida como “uma tentativa de reequilíbrio permanente”, sob uma perspectiva de encontro coerente entre alteridade e igualdade em que “ela é uma tensão permanente, construtiva e cognitiva” (Heber-Suffrin, 1998). Assim, a singularidade em relação a certas atividades ilegais — ou, mesmo, a simples “viração” entre família ou entre amigos — reside na sua inscrição no espaço público, exprimindo uma forma de solidariedade voluntária e um modo de relação igualitário entre os membros da associação.

Assim, esse campo da economia solidária apresenta uma característica fundamental em relação aos demais, no que se refere ao papel decisivo do pólo não-monetário. A expressão mais asseverada de uma lógica recíproca nessas experiências não significa sua assimilação a uma espécie de revivescência de formas antigas de solidariedade comunitária, em razão do seu caráter democrático e da sua inscrição no espaço público. Em função do

¹² Esse é o registro próprio da chamada lógica da dádiva, tal como descrita por Marcel Mauss. Para uma distinção mais rigorosa entre lógica da dádiva e lógica mercantil (França F° & Dzimir, 1999 e 2000).

deslocamento do pólo econômico dominante nesse caso (do não-mercantil para o não-monetário), esse campo está sujeito à emergência de certos conflitos cuja natureza muda em relação à clássica confrontação Estado *versus* mundo associativo, o que é particularmente marcante na França.

As empresas sociais

Considerar a idéia de empresa social como categoria tipológica pode parecer redundante já que empresas sociais participam da finança solidária ou do comércio justo. Entretanto, pretendemos com esse termo nos referir a um certo número de experiências de empreendedorismo social voltadas para atividades bastante variadas.

Sendo assim, o que chamamos efetivamente de empresa social? Uma primeira compreensão desse termo sugere a idéia de organizações privadas desenvolvendo atividades comerciais, mas cuja finalidade é social. Essa primeira aproximação do objeto nos parece um tanto superficial, não permitindo que se apreenda a natureza complexa do fenômeno. De modo mais rigoroso, segundo Clément e Gardin (1999), duas definições principais se sobressaem na literatura sobre o tema, apontando para duas abordagens distintas. A primeira é fruto de pesquisas realizadas pela OCDE, e a segunda é originária dos trabalhos da rede Emes (Emergence of European Social Enterprises).¹³

De acordo com a primeira definição, “a empresa social faz referência a toda atividade privada de interesse geral, organizada a partir de uma *démarche* empresarial. Não tem como razão principal a maximização do lucro, mas a satisfação de certos objetivos econômicos e sociais, bem como a capacidade de dispor, pela produção de bens e serviços, de soluções inovadoras aos problemas da exclusão e do desemprego”.¹⁴

¹³ Essa rede reúne pesquisadores de 15 países da União Européia numa perspectiva de definição das características sociais, econômicas e políticas dessas organizações.

¹⁴ Definição apresentada em Clément e Gardin (1999). A partir de uma tal definição (bastante formalista) e de certas características funcionais decorrentes, a OCDE oferece uma ampla variedade de exemplos que podem se inscrever nesse conceito de empresa social: empresas de inserção francesas, empresas de inserção belgas ou finlandesas, cooperativas sociais italianas, cooperativas de trabalho associado espanholas, empresas de comunidades locais alemãs (ex-empresas alternativas), empresas comunitárias irlandesas ou escocesas (*community business*), empresas intermediárias britânicas (*intermediate labour market organizations*), empresas de inserção portuguesas, cooperativas de serviços sociais suecas, empresas comunitárias austríacas, empresas comerciais de finalidade social americanas (*community based business, community wealth enterprises*), movimento comunitário quebequense, grupos comunitários neozelandeses, cooperativas mexicanas.

A segunda definição (da qual nos sentimos mais próximos) destaca o caráter original desse tipo organizacional, o qual estaria numa encruzilhada de lógicas diversas.¹⁵ De um lado, o poder não decorre da posse do capital; mas, em face da lógica de uma empresa convencional, são efetuadas trocas comerciais. Se o seu grau de autonomia permite distingui-la de uma empresa pública, em contrapartida, ela se beneficia — na maioria dos casos — de subsídios dos poderes públicos. Ao observarem a organização socioeconômica dessas empresas sociais, a partir da idéia de interação entre diferentes registros do comportamento econômico, ou três pólos (mercantil, não-mercantil e não-monetário), esses trabalhos procuram afinar sua caracterização. Dois aspectos são sublinhados:

- † no que se refere à natureza da propriedade, uma multiplicidade de atores pode participar da estrutura de poder (assalariados, usuários, voluntários), e seus papéis apresentam um caráter difuso, aproximando-se do conceito de *multiple stakeholders enterprises* (Borzaga & Mittone, 1997; Pestoff, 1998);¹⁶
- † no que se refere aos objetivos organizacionais, a finalidade de uma empresa social é posta em termos de serviço à coletividade, “através de externalidades positivas que ela produz e/ou acesso igualitário ao serviço que ela desenvolve” (Clément & Gardin, 1999); isso traduz o caráter de utilidade coletiva ou de utilidade social, próprio desse tipo de iniciativa, justificando, inclusive, a natureza específica de sua propriedade (ou do seu poder), aberta à participação de atores organizacionais com estatutos múltiplos.

Em geral, na Europa, as empresas sociais são objeto de interesse particular por parte do poder público. Muitas vezes, este enxerga nessas experiências, formas privilegiadas de potencialização de certas políticas sociais, estabelecendo parcerias importantes com muitas dessas empresas. Assim, o grande desafio dessa forma de organização se coloca em termos da preservação do seu funcionamento democrático — que se encontra intimamente ligado ao grau de autonomia da experiência — em face dos riscos de instrumentalização institu-

¹⁵ Em particular, as idéias desenvolvidas por J.-L. Laville e M. Nyssens em “L’entreprise sociale, éléments pour un approche théorique”, um documento de trabalho redigido a partir de reflexões transversais da rede Emes, Paris, Crida, 1999.

¹⁶ Importante assinalar o termo *stakeholders*, em alusão às pessoas enquanto partícipes de um interesse comum, no lugar de *stockholders*, ou seja, dos acionistas (ou pessoas enquanto acionistas). O conceito de *stakeholders* é particularmente importante, pois enfatiza a dimensão democrática do funcionamento da empresa e a idéia de utilização do lucro gerado para realização de objetivos sociais, em vez de servir à remuneração do capital.

cional. Isso quer dizer que, diante das injunções do Estado e do mercado, o desenvolvimento das empresas sociais as coloca permanentemente diante do risco de isomorfismo institucional.

Dito de outro modo, uma tendência à profissionalização da gestão das associações, em termos tecnoburocráticos, é verificada quando se atinge um certo nível de crescimento. Isso implica a submissão da dimensão de projeto associativo (autônomo e espontâneo) aos imperativos funcionais (uma lógica instrumental), configurando-se um modo formal de gestão, condicionado à busca de resultados passíveis de quantificação. Nesse sentido, o isomorfismo institucional é apenas uma consequência, entre outras possíveis, da tensão dialética característica dessas formas de organização atravessadas por lógicas diversas. Na maioria das vezes, essas formas de organização são, ao mesmo tempo, baseadas numa iniciativa cidadã (em ideais de autonomia) e modeladas conforme certas políticas públicas (experiências instrumentalizadas). A tensão será mais ou menos forte dependendo do tipo de organização e do contexto de inserção, ou seja, do meio ambiente político.

7. Concluindo...

Hoje, através dessa diversidade de experiências, observa-se que o projeto de uma economia solidária vem adquirindo contornos de um movimento multiforme.¹⁷ Como ponto em comum, destaca-se a necessidade de recomposição das relações entre economia e sociedade, o que traduz uma preocupação com a tendência acelerada de mercantilização da sociedade, promovida por uma certa hegemonia do pensamento neoliberal. Na prática, a hibridação de princípios econômicos que se realiza através dessas experiências aponta caminhos fecundos do ponto de vista de uma ação organizacional capaz de ultrapassar objetivos puramente econômicos. Múltiplas possibilidades de parceria entre agentes da sociedade e o poder público parecem possíveis, levando-se sempre em conta a perspectiva de preservação da autonomia dos projetos.

Nessa primeira abordagem do tema, no que se refere aos estudos organizacionais, dois aspectos nos parecem centrais, merecedores de um posterior e

¹⁷ Embora multiforme, esse movimento está cada vez mais articulado. Na França, várias redes associativas vêm se afirmando como parte integrante do processo de construção e desenvolvimento de uma economia solidária, tendo sido, inclusive, signatárias de um “apelo em favor da abertura de um espaço para a economia solidária”, publicado no jornal *Le Monde* de 18-6-1997. Desde então, se reagruparam para constituir a Inter-Redes de Economia Solidária (Ires). Além de estruturado, o movimento tem tido um reconhecimento institucional crescente naquele país, por parte do seu governo, cujo marco foi a criação da chamada Secretaria de Estado para a Economia Solidária, em março de 2000.

maior aprofundamento. O primeiro situa-se no plano da prática organizacional e diz respeito ao seu modo de gestão. Como pensar a gestão dessas formas de organização que tentam conciliar lógicas tão diversas? Quais contornos específicos deve assumir um modo de gestão que, não desprezando o peso da dimensão econômica, subordina sua racionalidade técnica às finalidades sociais ou ao projeto político da organização? Como a gestão pode garantir uma certa perenidade ao projeto organizacional nesse jogo de equilíbrio tenso entre lógicas tão distintas, diante do caráter (sabemos) antropofágico da racionalidade utilitária? Um esboço de resposta a tais questões nos parece começar a desenhar-se através da idéia de gestão social. Em vez de ser tratada como mais um modismo em administração, deveria ser considerada como uma concepção de gestão que, ao passo que reconhece e incorpora a importância da dimensão estratégica na ação organizacional, igualmente busca valorizar a finalidade e o sentido público dessa ação.

O segundo aspecto situa-se no plano da teorização sobre as organizações, com efeitos diretos sobre o campo da análise organizacional. Na abordagem apresentada, ao desconstruir-se a noção convencional (ou neoclássica) de economia — que a reduz à idéia de mercado auto-regulado — recoloca-se os termos do debate acerca do trabalho produtivo nas organizações. Isso significa reconhecer, por exemplo, que os resultados e o próprio sentido da eficiência organizacional não mais aparecem como um dado puramente técnico, instrumental, seguindo os parâmetros de uma racionalidade utilitária. Mas, a eficiência organizacional passa a depender também de uma avaliação da qualidade intrínseca das ações empreendidas (e não pura e simplesmente sua maior ou menor contribuição para a realização de objetivos materiais prefixados). Isso significa levar em conta um componente ético nessa ação ou visão. Uma ética que resgata a importância da finalidade pública da ação organizacional, objetivando a real satisfação das pessoas implicadas na organização, tanto aquelas atuando diretamente como membros internos quanto aquelas que são beneficiárias dessa ação. Essa discussão resgata a importância do debate sobre a racionalidade no campo dos estudos organizacionais. O objetivo é destacar uma preocupação sempre presente entre alguns cientistas sociais — dos quais destacaríamos Guerreiros Ramos — que é a de que a vida humana associada é muito mais complexa, não podendo ser reduzida a um princípio utilitário, como pretende a perspectiva funcionalista de entendimento das organizações, amplamente apoiada pela teoria econômica convencional.

Referências bibliográficas

BORZAGA, C.; MITTONE, L. *The multistakeholders versus the non-profit organization*. University of Trento, 1997. (Draft paper, 7).

- CAILLÉ, A. *Critique de la raison utilitaire*. Paris: La Découverte, 1989. (Coll. Agalma).
- CAILLÉ, A. *Don, intérêt et désintéressement: Bourdieu, Mauss, Platon et quelques autres*. Paris: La Découverte, 1994. (Coll. Recherches. Série Bibliothèque du Mauss).
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question social: une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.
- CLÉMENT, H.; GARDIN, L. *L'entreprise social*. Domont, France: Thierry Quinquenton éditeur, 1999. (Coll. Les Notes de l'Institut Karl Polanyi).
- DONZELOT, J.; ESTEBE, P. *L'Etat animateur: essai sur la politique de la ville*. Paris: Esprit, 1994.
- ; ROMAN, J. (Orgs.). *Face à l'exclusion: le modèle français*. Paris: Esprit, 1991.
- EME, B.; LAVILLE, J.-L. (Orgs.). *Cohésion social et emploi*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. (Coll. Sociologie économique).
- . *Economie plurielle, économie solidaire: précisions et compléments*. *La Revue du Mauss Semestrielle*, Paris, n. 7, 1996.
- EVERS, A. Les dimensions sociopolitiques du tiers secteur — les contributions théoriques européennes sur la protection sociale et l'économie plurielles. *Revue Sociologie du Travail*, v. 42, n. 4, oct./déc. 2000.
- FRANÇA F^o, G. C. *Sociétés en mutation et nouvelles formes de solidarité: le phénomène de l'économie solidaire en question — l'expérience des régies de quartier au carrefour de logiques diverses*. 2001. These (Doctorat) — Université Paris VII.
- . *Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva*. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano IV, n. 7, jan. 2002.
- ; Dzimira, S. *Economia solidária e dádiva*. *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 6, n. 14, 1999.
- ; ———. *Don et économie solidaire: esquisse d'une théorie socio-économique de l'économie solidaire*. Paris, 2000. (Coll. La Petite Bibliothèque du Mauss).
- GUERIN, H.; VALLAT, D. *Les finances solidaires*. Domont, Paris: Thierry Quinquenton éditeur, 1999. (Coll. Les Notes de l'Institut Karl Polanyi).
- HEBER-SUFFRIN, C. *Le savoir, la reciprocité et le citoyen*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.
- INSEL, A. *La part du don, esquisse d'évaluation*. *La Revue du Mauss Semestrielle*. Paris, n. 1, 1993.
- LAVILLE, J.-L. *Les services de proximité en Europe*. Paris: Syros, 1992.

———. Économie et solidarité: esquisse d'une problématique. In: Laville (Org.). *L'économie solidaire — une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. (Coll. Sociologie Économique).

LAVILLE, J.-L. La crise de la condition salariale: emploi, activité et nouvelle question sociale. In: *Le travail, quel avenir?* Paris: Gallimard, 1997. (Coll. Folio/Actuel).

———. *Une troisième voie pour le travail*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999. (Coll. Sociologie Économique).

MAUSS, M. Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In: *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1950. (Coll. Quadriga).

NYSENS, M. Les approches économiques du tiers secteur — apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néo-classique. *Revue Sociologie du Travail*, v. 42, n. 4, oct./déc. 2000.

PESTOFF, V. A. *Beyond the market and State, social enterprises and civil democracy in a welfare society*. USA, Singapore, Sydney: Ashgate, Aldershot-Bookfield, 1998.

POLANYI, K. *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard, 1983.

ROSANVALLON, P. *La nouvelle question sociale: repenser l'Etat-providence*. Paris: Seuil, 1995.

SERVET, J. M. (Org.). *Une économie sans argent: les systèmes d'échange local*. Paris: Seuil, 1999.

———; VALLAT, D. (Orgs.). *Exclusion et liens financiers. Rapport du Centre Walras 1999-2000*. Paris: Economica, 1999.